

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Zeno HerzClass.: 133Data: 22/02/83

Pg.: \_\_\_\_\_

**Anaí ameaça o presidente da Funai com medida judicial**  
1980

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Paulo Moreira Leal, receberá uma dura crítica ao abrir sua correspondência hoje. Em resposta a uma carta que enviou para Júlio Gaiger, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anaí), argumentando que uma estrada a ser construída no Parque Nacional do Araguaia não atingirá as áreas indígenas, da Ilha do Bananal, em Goiás, ele será ofertado com uma resposta que, a certa altura, sentença: "Vossa Excelência ou desconhece a legislação em vigor ou não a está considerando".

Na carta que Gaiger enviou ao presidente da Funai, o Decreto nº 84.844/80 (que Leal utiliza para assegurar que o Parque Nacional não inclui o Parque Indígena do Araguaia) é destruído com as pechas de "inconstitucional e nulo". De acordo com Gaiger, a existência do artigo 198 da Constituição, determinando a exclusividade de posse e usufruto de terras habitadas pelos índios, já torna nulo o decreto posterior. Além disso, em 1971, foi criado o Parque Indígena com limites bem mais extensos que os designados depois.

"O que o Decreto nº 84.844/80 pretendeu foi uma forma avessa e ilegal de expropriar terra indígena para após ceder aos interes-

ses mesquinhos do grupo Banco de Crédito Nacional", diz Gaiger em sua carta. "Des-caminho, aliás, que valeu o pedido de demissão da própria diretora do Dpnre, ligado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Maria Tereza Jorge Pádua".

Gaiger sugere, ainda, que a Funai deveria não só opor-se à construção da estrada, como, principalmente, lutar pela revalidação integral dos limites do parque indígena fixados pelos Decreto nº 69.283/71 em sua criação. "A Funai deveria, de uma vez por todas, assumir a defesa dos interesses dos índios brasileiros", escreveu o presidente da Anaí, "renunciando ao triste papel de mediadora entre os indígenas e interesses estranhos".

Ao final da carta, composta de duas folhas e meia de papel ofício, Gaiger declara que este é o derradeiro apelo da Anaí ao "senso de responsabilidade" de Paulo Moreira Leal. E promete que se os direitos dos índios na questão não forem respeitados, a Anaí tomará medidas radicais. "Tomaremos todas as providências ao nosso alcance, inclusive judiciais, para substituir, em prol das comunidades autóctones, as iniciativas que a Funai desprezar", ameaça o documento que o coronel Leal deverá ler hoje em Brasília, tomado, certamente, de espanto.